



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2016, o Banco Losango registrou um prejuízo líquido no montante de R\$ 481.798 mil,

Patrimônio Líquido de R\$ 133.660 mil e Ativos Totais de R\$ 3.957.963 mil.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Rio de Janeiro, RJ, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	2.890.902	3.324.989	CIRCULANTE	2.245.704	2.692.177
DISPONIBILIDADES	31.163	38.546	DEPÓSITOS	1.626.178	1.715.744
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	72.689	210.631	Depósitos à Vista	17.450	14.732
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	72.689	210.631	Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	1.608.728	1.701.012
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	22.719	60	OUTRAS OBRIGAÇÕES	619.526	976.433
Carteira Própria	21.706	60	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.506	3.158
Vinculados à Prestação de Garantias	1.013	-	Sociais e Estatutárias	365	4.234
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.503	12.178	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	11.724	85.815
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.470.699	1.758.325	Diversas (Nota 13b)	604.931	883.226
Operações de Crédito - Setor Privado (Nota 7)	2.393.278	2.338.458			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(922.579)	(580.133)			
OUTROS CRÉDITOS	1.267.276	1.276.131	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.578.599	1.144.247
Rendas a Receber	-	22	DEPÓSITOS	1.038.631	1.044.160
Diversos (Nota 8)	1.367.471	1.312.412	Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	1.038.631	1.044.160
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(100.195)	(36.303)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	539.968	100.087
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	14.853	29.118	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	97.983	24.653
Despesas Antecipadas	14.853	29.118	Diversas (Nota 13b)	441.985	75.434
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.056.251	709.535			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	40.917	99.552	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	133.660	496.338
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	40.917	99.552	Capital Social - De Domiciliados no País	481.996	361.996
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	128.911	8.389	Reservas de Capital	1.158	1.158
Carteira Própria	6.852	429	Reservas de Lucros	-	132.449
Vinculado ao Banco Central	120.363	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(128)	735
Vinculados à Prestação de Garantias	1.696	7.960	Prejuízos Acumulados	(349.366)	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	130.374	88.654			
Operações de Crédito - Setor Privado (Nota 7)	160.734	122.581			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(30.360)	(33.927)			
OUTROS CRÉDITOS	756.049	510.838			
Diversos (Nota 8)	759.329	512.052			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(3.280)	(1.214)			
OUTROS VALORES E BENS	-	2.102			
Despesas Antecipadas	-	2.102			
PERMANENTE	10.810	298.238			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	9.530	10.120			
Imóveis de Uso	1.571	1.637			
Outras Imobilizações de Uso	14.977	24.707			
Depreciações Acumuladas	(7.018)	(16.224)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	1.280	288.118			
Ativos Intangíveis	493.710	503.671			
Amortizações Acumuladas	(492.430)	(215.553)			
TOTAL	3.957.963	4.332.762	TOTAL	3.957.963	4.332.762

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	843.857	1.707.936	1.608.986	1.608.986
Operações de Crédito	832.978	1.681.662	1.548.037	1.548.037
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	10.879	26.274	60.949	60.949
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(919.684)	(1.616.547)	(1.036.146)	(1.036.146)
Operações de Captações no Mercado (Nota 12b)	(181.629)	(364.480)	(313.350)	(313.350)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	(16.447)	(16.447)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(738.055)	(1.252.067)	(706.349)	(706.349)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(75.827)	91.389	572.840	572.840
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(405.709)	(861.639)	(414.477)	(414.477)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	90.358	180.942	155.726	155.726
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(159.606)	(225.788)	(133.434)	(133.434)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(338.141)	(635.010)	(548.353)	(548.353)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(48.313)	(93.050)	(76.138)	(76.138)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	117.091	229.805	291.816	291.816
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(67.098)	(318.538)	(104.094)	(104.094)
RESULTADO OPERACIONAL	(481.536)	(770.250)	158.363	158.363
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(8.407)	(17.434)	(13.563)	(13.563)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(489.943)	(787.684)	144.800	144.800
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	202.158	306.251	1.198	1.198
Corrente	(160)	(2.031)	(296)	(296)
Diferido	202.318	308.282	1.494	1.494
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(365)	(365)	(12.295)	(12.295)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO	(288.150)	(481.798)	133.703	133.703
Lote de mil ações do capital	135.013	135.013	135.013	135.013
(Prejuízo)/Lucro por lote de mil ações em R\$	(2.134,25)	(3.568,54)	990,29	990,29

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Próprias	Outras		
Saldos em 30.6.2016	361.996	1.158	-	-	38	288	(61.197)	302.283
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	-	(497)	-	(497)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	43	-	(19)	24
Prejuízo Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	(288.150)	(288.150)
Aumento de Capital (Nota 14b)	120.000	-	-	-	-	-	-	120.000
Saldos em 31.12.2016	481.996	1.158	-	-	81	(209)	(349.366)	133.660
Saldos em 31.12.2014	331.996	4.841	101.584	60.380	14	-	-	498.815
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	(3.683)	-	-	-	-	3.683	-
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	-	719	-	719
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2	-	-	2
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	133.703	133.703
Utilização de Reservas para Pagamento de Dividendos	-	-	-	(60.380)	-	-	-	(60.380)
Aumento de Capital	30.000	-	(30.000)	-	-	-	-	-
Destinações Propostas pela Diretoria	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas de Lucros	-	-	-	60.865	-	-	(60.865)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	(62.421)	(62.421)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(14.100)	(14.100)
Saldos em 31.12.2015	361.996	1.158	71.584	60.865	16	719	-	496.338
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	-	(928)	-	(928)
Prescrição de Dividendos	-	-	-	2	-	-	-	2
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	65	-	(19)	46
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(481.798)	(481.798)
Utilização de Reservas para Absorção de Prejuízo (Nota 14c)	-	-	(71.584)	(60.867)	-	-	132.451	-
Aumento de Capital (Nota 14b)	120.000	-	-	-	-	-	-	120.000
Saldos em 31.12.2016	481.996	1.158	-	-	81	(209)	(349.366)	133.660

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(288.150)	(481.798)	133.703	133.703
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	681.001	1.312.911	661.552	661.552
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(202.318)	(308.282)	(1.494)	(1.494)
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	738.055	1.252.067	706.349	706.349
Provisão para Passivos Contingentes	73.959	79.627	(24.183)	(24.183)
Reversão do Impairment do Ativo Intangível	-	200.410	(57.000)	(57.000)
Depreciações e Amortizações	71.305	88.417	34.915	34.915
Outros	-	672	2.965	2.965
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	392.851	831.113	795.255	795.255
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	90.627	204.477	483.829	483.829
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(142.536)	(143.116)	3.531	3.531
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	262	675	(967)	(967)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(299.882)	(940.203)	(812.136)	(812.136)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(20.552)	5.297	(269.822)	(269.822)
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	19.907	16.367	(477)	(477)
Aumento/(Redução) em Depósitos	(212.154)	(95.095)	(216.423)	(216.423)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	58.575	4.025	(1.353)	(1.353)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(112.902)	(116.460)	(18.563)	(18.563)

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Alienação de Imobilizado de Uso.....	-	15	2
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(1.087)	(2.280)	(10.383)
Aquisição de Intangível.....	(165)	(809)	(320)
Baixa do Intangível.....	259	1.003	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(993)	(2.071)	(10.701)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Aumento do Capital por subscrição.....	120.000	120.000	-
Dividendos Pagos.....	-	(5)	(122.801)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	-	(14.100)
Outros Ajustes.....	(516)	(947)	719
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	119.484	119.048	(136.182)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.589	517	(165.446)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	39.360	44.432	209.878
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	44.949	44.949	44.432
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.589	517	(165.446)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo, está autorizado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento e de crédito, financiamento, investimento, intermediação de negócios) de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

A partir de 1º de julho de 2016, com a conclusão da aquisição das operações do HSBC no Brasil, o Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo passou a fazer parte do Grupo Bradesco, com a mudança do controlador para o Banco Bradesco S.A.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

g) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida

São registradas e amortizadas, quando aplicável, em um período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável: e

- Software

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, o Banco Losango constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional.....	31.163	38.546
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	13.786	5.886
Total caixa e equivalentes de caixa	44.949	44.432

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem riscos significantes de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		Acima de 360 dias	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Aplicações no mercado aberto:						
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	10.485	8.035	30.391	23.778	40.917	113.606
Total em 2016	10.485	8.035	30.391	23.778	40.917	113.606
%.....	9,2	7,1	26,8	20,9	36,0	100,0
Total em 2015	26.577	43.633	53.155	87.266	99.552	310.183
%.....	8,6	14,1	17,1	28,1	32,1	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros ...	24.238	59.543
Total (Nota 6c)	24.238	59.543

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Títulos		
Carteira própria	28.558	489
Títulos de renda fixa	6.852	429
Letras financeiras do tesouro.....	6.852	429
Títulos de renda variável	91	60
Ações de companhias abertas.....	91	60
Fundos de investimento	21.615	-
Letras financeiras do tesouro.....	19.998	-
Letras financeiras.....	1.362	-
Debêntures.....	255	-
Vinculado ao Banco Central	120.363	-
Títulos de renda fixa	120.363	-
Letras financeiras do tesouro.....	120.363	-
Vinculado à prestação de garantias	2.709	7.960
Títulos de renda fixa	2.709	7.960
Letras financeiras do tesouro.....	2.709	7.960
Total em 2016	151.630	-
Total em 2015	-	8.449

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Classificação por categorias e prazos

					2016		2015		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos (1)									
Títulos para negociação (3)	12.387	529	2.344	136.370	151.630	151.781	(151)	8.399	8.449
Letras financeiras do tesouro	12.296	-	1.256	136.370	149.922	149.987	(65)	8.393	8.389
Letras financeiras	-	529	833	-	1.362	1.362	-	-	-
Debêntures	-	-	255	-	255	255	-	-	-
Ações de companhias abertas	91	-	-	-	91	177	(86)	6	60
Total em 2016	12.387	529	2.344	136.370	151.630	151.781	(151)	8.399	8.449
Total em 2015	60	-	4.516	3.873				8.399	8.449

(1) A distribuição foi efetuada de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos, preservando a classificação da categoria e na distribuição dos prazos, sendo considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Do total aplicado no encerramento do período, R\$ 21.615 mil eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	24.238	59.543
Títulos de renda fixa	1.421	1.338
Outros	615	68
Total	26.274	60.949

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Losango não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

7) CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

	Curso normal						Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016		2015	
							(A)	%	(A)	%
Operações de crédito										
Empréstimos e títulos descontados	112.550	25.215	24.171	57.704	82.976	77.031	379.647	15,0	508.347	18,6
Financiamentos	169.350	128.027	113.566	268.326	273.679	56.984	1.009.932	40,1	1.217.061	44,4
Outros créditos (1)	483.163	153.439	111.262	209.308	134.809	38.533	1.130.514	44,9	1.014.593	37,0
Total das operações de crédito	281.900	153.242	137.737	326.030	356.655	134.015	1.389.579		1.725.408	
Total em 2016	765.063	306.681	248.999	535.338	491.464	172.548	2.520.093	100,0		
Total em 2015	570.671	460.339	326.063	769.933	496.559	116.436			2.740.001	100,0

	Curso anormal						Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2016		2015	
							(B)	%	(B)	%
Operações de crédito										
Empréstimos e títulos descontados	31.648	33.048	36.762	109.076	192.044	402.578	49,1	246.149	52,8	
Financiamentos	62.183	50.984	43.407	110.507	124.688	391.769	47,7	201.078	43,1	
Outros créditos (1)	4.350	3.451	2.830	7.142	8.610	26.383	3,2	19.325	4,1	
Total em 2016	98.181	87.483	82.999	226.725	325.342	820.730	100,0		466.552	100,0
Total em 2015	90.259	78.977	56.412	134.246	106.658					

	Curso anormal						Total				Total geral			
	Parcelas vencidas			Acima de 360 dias			2016		2015		2016		2015	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)	%	(C)	%	(A+B+C)	%	(A+B+C)	%
Operações de crédito														
Empréstimos e títulos descontados	10.881	9.472	9.384	24.355	31.261	14.977	100.330	25,4	84.971	18,6	882.555	23,6	839.467	22,9
Financiamentos	49.928	41.504	34.399	74.268	57.877	11.780	269.756	68,0	203.433	44,4	1.671.457	44,7	1.621.572	44,3
Outros créditos (1)	3.557	2.992	2.505	5.856	6.286	5.138	26.334	6,6	169.590	37,0	1.183.231	31,7	1.203.508	32,8
Total em 2016	64.366	53.968	46.288	104.479	95.424	31.895	396.420	100,0			3.737.243	100,0		
Total em 2015	48.012	81.008	60.614	150.264	99.745	18.351			457.994	100,0			3.664.547	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco									2016		2015	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Operações de crédito													
Empréstimos e títulos descontados	51	242.028	37.497	87.573	56.912	50.360	44.789	41.081	322.264	882.555	23,6	839.467	22,9
Financiamentos	101	937.127	98.854	71.373	54.738	52.357	47.884	45.788	363.235	1.671.457	44,7	1.621.572	44,3
Outros créditos (1)	3.469	997.134	35.516	47.339	9.881	5.558	5.226	72.217	1.183.231	1.183.231	31,7	1.203.508	32,8
Total em 2016	3.621	2.176.289	171.867	206.285	121.531	109.608	98.231	92.095	757.716	3.737.243	100,0		
%	0,1	58,2	4,6	5,5	3,3	2,9	2,6	2,5	20,3				
Total em 2015	56.628	2.411.585	189.437	125.466	114.863	97.899	109.012	74.969	484.688			3.664.547	
%	1,5	65,8	5,2	3,4	3,1	2,7	3,0	2,0	13,2				100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Concentração das operações de crédito

	2016	% (1)	2015	% (1)
Maior devedor	18.646	0,5	20.561	0,6
Dez maiores devedores	29.338	0,8	85.996	2,3
Cinquenta maiores devedores	33.613	0,9	5.391	0,1

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

d) Setor de atividade econômica

	2016	%	2015	%
Setor Privado	3.737.243	100,0	3.664.547	100,0
Indústria	18.646	0,5	53.007	1,4
Comércio	3.079	0,1	4.248	0,1
Serviços	5.127	0,1	6.500	0,2
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	1.130	-	4.308	0,1
Construção e imobiliário	-	-	17.677	0,5
Pessoas físicas	3.709.261	99,3	3.578.807	97,7
Total	3.737.243	100,0	3.664.547	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Curso				%	Provisão				2016		2015	
		normal	anormal	Total	Específica		Genérica	Excedente	Total (1)	%	Total (1)	%		
					Vencidas		Vencidas							
AA	-	3.621	-	3.621	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	2.176.289	-	2.176.289	58,2	-	-	10.882	9.793	20.675	2,0	12.058	1,9	
B	1,0	52.406	119.461	171.867	4,6	339	856	524	3.351	5.070	0,5	1.894	0,3	
C	3,0	106.254	100.031	206.285	5,5	1.292	1.709	3.188	14.336	20.525	1,9	3.764	0,6	
Subtotal		2.338.570	219.492	2.558.062	68,4	1.631	2.565	14.594	27.480	46.270	4,4	17.716	2,8	
D	10,0	30.987	90.544	121.531	3,3	4.897	4.157	3.099	24.246	36.399	3,4	11.486	1,8	
E	30,0	17.766	91.842	109.608	2,9	16.700	10.852	5.330	21.867	54.749	5,2	29.370	4,5	
F	50,0	13.746	84.485	98.231	2,6	28.123	14.120	6.873	19.596	68.712	6,5	54.506	8,4	
G	70,0	9.684	82.411	92.095	2,5	40.732	16.956	6.779	27.582	92.049	7,7	52.478	8,1	
H	100,0	109.340	648.376	757.716	20,3	524.680	123.697	109.339	-	757.716	71,8	484.688	74,4	
Subtotal		181.523	997.658	1.179.181	31,6	615.132	169.782	131.420	93.291	1.009.625	95,6	632.528	97,2	
Total em 2016		2.520.093	1.217.150	3.737.243		616.763	172.347	146.014	120.771	1.055.895				
%		67,4	32,6	100,0		58,4	16,3	13,8	11,4	100,0				
Total em 2015		2.740.001	924.546	3.664.547		469.987	158.586	22.669	335			650.244		
%		74,8	25,2	100,0		72,3	24,4	3,5	0,1				100,0	

(1) Os saldos das provisões de crédito demonstrados no balanço patrimonial do Banco Losango no valor de R\$ 1.056.414 (R\$ 651.577 em 2015) incluem provisões sobre títulos e créditos a receber sem característica de crédito no valor de R\$ 519 (R\$ 998 em 2015).

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo inicial	651.577	797.785
- Provisão específica (1)	628.573	769.619
- Provisão genérica (2)	22.669	27.756
- Provisão excedente (3)	335	410
Constituição líquida de reversão	1.252.067	706.349
Baixas para prejuízo	(847.730)	(852.557)
Saldo final	1.056.414	651.577
- Provisão específica (1)	789.110	628.573
- Provisão genérica (2)	146.014	22.669
- Provisão excedente (3)	121.290	335
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	100.477	153.224

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(2) Refere-se a operações com características de concessão de crédito, sendo R\$ 898.923 mil (R\$ 803.487 mil em 2015) referente a valores a receber de cartões de crédito e R\$ 284.308 mil (R\$ 415.319 mil em 2015) referente à aquisição de outros créditos; e

(3) Prêmio líquido decorrente de cessão de direitos e obrigações de operações de titularidade do HSBC Bank, deliberada em reunião da Diretoria em 19/12/2014, referente à carteira composta por 41 (quarenta e uma) operações de crédito financeiro.

9) IMOBILIZADO EM USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2016	2015
Edificações	4%	1.571	(1.090)	481	646
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	11.979	(4.775)	7.204	7.126
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.923	(904)	1.019	1.191
Sistemas de processamento de dados	20%	1.075	(249)	826	1.157
Total em 2016		16.548	(7.018)	9.530	
Total em 2015		26.344	(16.224)		10.120

10) INTANGÍVEL

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos ativos.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa amortização	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				2016	2015
Softwares desenvolvidos internamente	20%	3.135	(1.865)	1.270	2.074
Softwares adquiridos de terceiros	20%	145	(135)	10	4
Contratos de exclusividade (1)	Contrato (2)	490.430	(490.430)	-	285.939
Outros ativos intangíveis adquiridos	10% e 20%	-	-	-	101
Total em 2016		493.710	(492.430)	1.280	
Total em 2015		503.671	(215.553)		288.118

(1) No primeiro semestre de 2016, houve o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável para os contratos de exclusividade com lojistas no montante de R\$ 200.410 mil, resultando numa expectativa de rentabilidade futura menor que a esperada originalmente. Em 1º de julho de 2016, houve um complemento deste valor (R\$ 69.978 mil) com a harmonização das demonstrações contábeis.

(2) Baseado no prazo de cada contrato.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais teses são:

a) IRPJ/CSLL - Trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da Contribuição social sobre Lucro Líquido (Lei nº 8.981/95, artigos 42 e 58) no montante de R\$ 59.168 mil (R\$ 56.698 mil em 2015).

b) PIS - Base de cálculo - EC 10/96 e EC 17/97 - Pleiteia calcular e recolher o PIS nos períodos de junho/96 a junho/97 e fevereiro/98 a dezembro/99, conforme LC 7/70, no montante de R\$ 15.772 mil (R\$ 28.637 mil em 2015). Em 2016 houve reversão da provisão relativa à tese da irretroatividade, abrangida nesta ação, em razão da questão já ter sido definida favoravelmente ao contribuinte, pelo Supremo Tribunal Federal.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias	
			2016	2015
No início do exercício de 2016	43.329	16.896	100.230	
Constituições líquidas de reversões (1)	64.655	14.972	(13.280)	
Atualização monetária	3.811	1.876	11.033	
Baixas por pagamentos	(8.997)	(8.740)	-	
No final do exercício de 2016 (Nota 22)	102.798	25.004	97.983	

(1) Constituição de R\$ 53.422 mil nas provisões trabalhistas referente à harmonização das demonstrações contábeis, reconhecido em 1º de julho de 2016.

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são:

- IR - Autuação fiscal sem considerar os pagamentos postergados do tributo, relativa à trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais (Lei nº 8.981/95, artigo 42), no montante de R\$ 77.606 mil (R\$ 72.086 mil em 2015); e
- Glosa de compensação de créditos de PIS e Cofins lançada após o trânsito em julgado favorável em processo judicial que discutiu a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as decorrentes do faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 67.813 mil (R\$ 47.375 mil em 2015).

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Losango são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

12) DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
					2016	2015
Depósitos interfinanceiros	169.390	508.728	930.610	1.038.631	2.647.359	2.745.172
Total em 2016	169.390	508.728	930.610	1.038.631	2.647.359	2.745.172
%	6,4	19,2	35,2	39,2	100,0	
Total em 2015	257.749	824.753	618.509	1.044.160		2.745.172
%	9,4	30,0	22,5	38,0		100,0

b) Despesa de captação

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	364.480	313.350
Total	364.480	313.350

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	2015	2015	
			2016	2015
Provisões fiscais	98.017	100.230		
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	697		
Impostos e contribuições a recolher	11.690	9.541		
Total	109.707	110.468		

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Lojistas a pagar	650.479	628.025
Valores a pagar - cartão de crédito	197.940	183.683
Provisão para contingências trabalhistas	102.798	43.329
Provisão para pagamentos a efetuar	48.989	38.540
Provisão para contingências cíveis	25.004	16.896
Valores a pagar à empresas ligadas	2.446	12.862
Provisão para benefícios trabalhistas	3.392	1.660
Outros	15.868	33.665
Total	1.046.916	958.660

14) CAPITAL SOCIAL, RESERVAS, DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 481.996 mil (R\$ 361.996 mil em 2015) é representado por 67.507 mil (135.013 mil em 2015) ações ordinárias e preferenciais, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Composição do capital social

	Quantidade de ações ordinárias		R\$ mil
	2016	2015	
Em 1º de janeiro de 2016	135.013.215		361.996
Aumento de capital (1)	-		120.000
Grupamento de ações (proporção 2.000 : 1) (2)	67.507		-
Em 31 de dezembro de 2016	67.507		481.996
Em 31 de dezembro de 2015	135.013.215		361.996

(1) No dia 26 de dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social do Banco Losango no montante de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões) integralizado em moeda corrente nacional.

(2) No dia 20 de dezembro de 2016 foi aprovada, a proposta da Diretoria para grupar os 135.013.215 ações ordinárias, nominativas-escriturais, na proporção de 2.000 (duas mil) para 1 (uma), transformando-as em 67.507 ações ordinárias, nominativas-escriturais.

c) Reservas de lucros

A Reserva Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal de 2016, foi utilizada para absorver o prejuízo líquido do período. A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade. Em 2016, o saldo de reserva estatutária foi utilizado para absorver o prejuízo líquido do período.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Em 2016, o Banco Losango apresentou prejuízo líquido, não havendo destinação de lucros.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de anuidade	105.902	84.351
Rendas de tarifas bancárias	37.261	29.571
Rendas de serviços prestados a ligadas	23.349	30.564
Rendas de outros serviços	14.296	10.906
Rendas de serviços diferenciados - PF	115	307
Rendas de serviços de custódia	19	27
Total	180.942	155.726

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	(159.090)	(85.244)
Benefícios	(32.752)	(24.322)
Encargos sociais	(31.888)	(22.619)
Despesas de remuneração de estagiários	(1.520)	(824)
Treinamento	(538)	(425)
Total	(225.788)	(133.434)

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros	(233.530)	(247.593)
Despesas de depreciação e amortização	(88.417)	(34.915)
Serviços do sistema financeiro	(60.267)	(70.142)
Serviços técnicos especializados	(52.723)	(42.736)
Atualização e pagamento de ações cíveis	(51.990)	(43.496)
Processamento de dados	(45.272)	(29.352)
Comunicações	(23.151)	(11.066)
Publicidade e propaganda	(21.270)	(12.349)
Aluguéis	(15.402)	(16.357)
Transportes e viagens	(6.283)	(6.105)
Manutenção e conservação de bens	(5.507)	(5.530)
Promoções e relações públicas	(4.986)	(2.499)
Material de expediente	(4.095)	(3.866)
Água, energia e gás	(2.173)	(2.145)
Outras	(19.944)	(20.202)
Total	(635.010)	(548.353)

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Despesas de contribuição ao COFINS	(64.190)	(55.890)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(10.460)	(7.665)
Despesas de impostos sobre serviço de qualquer natureza	(9.026)	(9.654)
Despesas de contingências com outros tributos federais	(5.084)	-
Outras	(4.290)	(2.929)
Total	(93.050)	(76.138)

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de créditos específicos (1)	95.507	91.904
Reversão de provisões operacionais (2)	77.375	95.552
Receitas de operações com cartão de crédito	24.797	10.467
Atualização monetária de depósitos judiciais (3)	24.714	23.707
Recuperação de encargos e despesas	6.876	7.131
Reversão de impairment de ativos intangíveis (4)	-	57.000
Outras	536	6.055
Total	229.805	291.816

(1) Refere-se, substancialmente, a rendas de cessão de créditos concedidos à pessoas físicas;

(2) Em 2015, houve reversões de provisões de IR/CS Expurgos Inflacionários e PIS Irretroatividade e prazo nonagesimal, em razão de definição das teses pelo Supremo Tribunal Federal em favor do contribuinte, teses estas que são aplicáveis aos processos do Banco Losango S.A.;

(3) Refere-se, substancialmente, à atualização monetária sobre depósitos judiciais sobre auto de infração de imposto de renda e contribuição social, referente ao período de 1997 a 2005; e

(4) Em 2015, houve a reversão parcial da perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 57.000 mil, registrada em Outras receitas.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impairment de ativos intangíveis (1)	(200.410)	-
Despesas de operações com cartões de crédito (2)	(51.368)	(16.080)
Descontos concedidos	(42.192)	(50.721)
Atualização de provisões	(17.238)	(26.922)
Comissões de fianças	(3.192)	(1.992)
Outras	(4.138)	(8.379)
Total	(318.538)	(104.094)

(1) Em 2016, houve o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável identificada para o contrato de exclusividade com lojistas no montante de R\$ 200.410 mil; e

(2) Em 2016, incluí a provisão para perda de Profit Share no montante de R\$ 32.446 mil.

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A. - Banco Múltiplo) e empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador (1)		Coligadas e Controladas	
	2016	2015	2016	2015
Receitas de intermediação financeira	4.000	59.588	20.238	-
Receitas de prestação de serviços.....	3.834	383	19.515	30.204
Despesas de intermediação financeira ...	(87.619)	(313.327)	(276.839)	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	(4.841)	(13.392)	(8.765)	-

(1) Em 2015, o Banco Losango era controlado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. A partir de julho de 2016, com a conclusão da aquisição das operações do HSBC no Brasil, o Banco Losango passou a fazer parte do Grupo Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	
Honorários	360	
Gratificação	406	
Total proventos	766	
Contribuição ao INSS	172	
Total proventos + encargos	938	
Plano previdência privada	457	
Total geral	1.395	

Em 2015, os administradores foram remunerados pelos cargos que ocupavam no Controlador direto da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

c) Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e das participações no lucro	(788.051)	132.505
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas na nota explicativa 3.1 (*)	354.623	(53.002)
Exclusões/(adições) permanentes	(1.764)	14.385
Juros sobre o capital próprio	-	5.640
Contribuições e doações	(48)	(158)
Dividendos	667	2
Reversão de provisão IR expurgo inflacionário	-	10.166
Outras	(2.383)	(1.265)
Outros ajustes	(46.608)	39.815
IR/CS sobre adições temporárias - ajuste período anterior	764	8.242
Efeito Tributário - Aumento da alíquota da CSLL - diferido	(27.315)	16.269
Imposto diferido não contabilizado devido à realização superior a 10 anos - Impairment de ativos intangíveis ..	(18.026)	15.467
Outros	(2.031)	(163)
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	306.251	1.198

(*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação, resultando em uma alíquota efetiva de 45%.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes	(2.614)	(296)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.614)	(296)
Impostos diferidos	308.865	1.494
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	247.721	1.494
Constituição no exercício, sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	61.144	-
Total	306.251	1.198

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldos em 31.12.2015	Constituição	Saldos em 31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	56.273	39.699	(14.097)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	105.053	386.417	(293.011)
Impairment de ativo intangível	13.025	108.155	(15.051)
Outros	26.016	46.082	(10.728)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	200.367	580.353	(332.887)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	200.367	580.353	(332.887)
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	57.276	61.144	-
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	35	-
Total dos créditos tributários ativos	257.643	641.532	(332.887)
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(22)	56	-
Outros	(675)	675	-
Total dos créditos tributários passivos	(697)	731	-
Créditos tributários líquidos	256.946	642.263	(332.887)

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Ano	2016				Total
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017	93.296	55.978	66.185	52.237	267.696
2018	93.296	55.978	-	-	149.274
2019	93.324	55.995	-	-	149.319
Total	279.916	167.951	66.185	52.237	566.289

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 12,39% a 12,88% a.a., líquida dos efeitos tributários é de R\$ 434.760 mil (R\$ 161.504 mil em 2015), sendo R\$ 335.940 mil de diferenças temporárias e R\$ 98.820 mil de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL.

e) Créditos tributários não ativados

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo possuía créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 27.315 mil, vinculados ao aumento da CSLL de 15% para 20% (Ajuste Diferido - 5% não contabilizado).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Valdeci Prestes – Contador – CRC PR-037174/O-8 S-RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 14 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 10 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SPAndré Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Banco Losango), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2016, o Banco Losango registrou um prejuízo líquido no montante de R\$ 481.798 mil,

Patrimônio Líquido de R\$ 133.660 mil e Ativos Totais de R\$ 3.957.963 mil.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Rio de Janeiro, RJ, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais**

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE	2.890.902	3.324.989	CIRCULANTE	2.245.704	2.692.177
DISPONIBILIDADES	31.163	38.546	DEPÓSITOS	1.626.178	1.715.744
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	72.689	210.631	Depósitos à Vista	17.450	14.732
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	72.689	210.631	Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	1.608.728	1.701.012
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	22.719	60	OUTRAS OBRIGAÇÕES	619.526	976.433
Carteira Própria	21.706	60	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.506	3.158
Vinculados à Prestação de Garantias	1.013	-	Sociais e Estatutárias	365	4.234
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.503	12.178	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	11.724	85.815
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.470.699	1.758.325	Diversas (Nota 13b)	604.931	883.226
Operações de Crédito - Setor Privado (Nota 7)	2.393.278	2.338.458			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(922.579)	(580.133)			
OUTROS CRÉDITOS	1.267.276	1.276.131	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.578.599	1.144.247
Rendas a Receber	-	22	DEPÓSITOS	1.038.631	1.044.160
Diversos (Nota 8)	1.367.471	1.312.412	Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	1.038.631	1.044.160
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(100.195)	(36.303)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	539.968	100.087
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	14.853	29.118	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	97.983	24.653
Despesas Antecipadas	14.853	29.118	Diversas (Nota 13b)	441.985	75.434
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.056.251	709.535			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	40.917	99.552	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	133.660	496.338
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	40.917	99.552	Capital Social - De Domiciliados no País	481.996	361.996
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	128.911	8.389	Reservas de Capital	1.158	1.158
Carteira Própria	6.852	429	Reservas de Lucros	-	132.449
Vinculado ao Banco Central	120.363	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(128)	735
Vinculados à Prestação de Garantias	1.696	7.960	Prejuízos Acumulados	(349.366)	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	130.374	88.654			
Operações de Crédito - Setor Privado (Nota 7)	160.734	122.581			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(30.360)	(33.927)			
OUTROS CRÉDITOS	756.049	510.838			
Diversos (Nota 8)	759.329	512.052			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	(3.280)	(1.214)			
OUTROS VALORES E BENS	-	2.102			
Despesas Antecipadas	-	2.102			
PERMANENTE	10.810	298.238			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	9.530	10.120			
Imóveis de Uso	1.571	1.637			
Outras Imobilizações de Uso	14.977	24.707			
Depreciações Acumuladas	(7.018)	(16.224)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	1.280	288.118			
Ativos Intangíveis	493.710	503.671			
Amortizações Acumuladas	(492.430)	(215.553)			
TOTAL	3.957.963	4.332.762	TOTAL	3.957.963	4.332.762

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	843.857	1.707.936	1.707.936	1.608.986
Operações de Crédito	832.978	1.681.662	1.681.662	1.548.037
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	10.879	26.274	26.274	60.949
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(919.684)	(1.616.547)	(1.616.547)	(1.036.146)
Operações de Captações no Mercado (Nota 12b)	(181.629)	(364.480)	(364.480)	(313.350)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	(16.447)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(738.055)	(1.252.067)	(1.252.067)	(706.349)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(75.827)	91.389	91.389	572.840
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(405.709)	(861.639)	(861.639)	(414.477)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	90.358	180.942	180.942	155.726
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(159.606)	(225.788)	(225.788)	(133.434)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(338.141)	(635.010)	(635.010)	(548.353)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(48.313)	(93.050)	(93.050)	(76.138)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	117.091	229.805	229.805	291.816
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(67.098)	(318.538)	(318.538)	(104.094)
RESULTADO OPERACIONAL	(481.536)	(770.250)	(770.250)	158.363
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(8.407)	(17.434)	(17.434)	(13.563)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(489.943)	(787.684)	(787.684)	144.800
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	202.158	306.251	306.251	1.198
Corrente	(160)	(2.031)	(2.031)	(296)
Diferido	202.318	308.282	308.282	1.494
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(365)	(365)	(365)	(12.295)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO	(288.150)	(481.798)	(481.798)	133.703
Lote de mil ações do capital	135.013	135.013	135.013	135.013
(Prejuízo)/Lucro por lote de mil ações em R\$	(2.134,25)	(3.568,54)	(3.568,54)	990,29

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Próprias	Outras		
Saldos em 30.6.2016	361.996	1.158	-	-	38	288	(61.197)	302.283
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	-	(497)	-	(497)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	43	-	(19)	24
Prejuízo Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	(288.150)	(288.150)
Aumento de Capital (Nota 14b)	120.000	-	-	-	-	-	-	120.000
Saldos em 31.12.2016	481.996	1.158	-	-	81	(209)	(349.366)	133.660
Saldos em 31.12.2014	331.996	4.841	101.584	60.380	14	-	-	498.815
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	(3.683)	-	-	-	-	3.683	-
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	-	719	-	719
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2	-	-	2
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	133.703	133.703
Utilização de Reservas para Pagamento de Dividendos	-	-	-	(60.380)	-	-	-	(60.380)
Aumento de Capital	30.000	-	(30.000)	-	-	-	-	-
Destinações Propostas pela Diretoria	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas de Lucros	-	-	-	60.865	-	-	(60.865)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	(62.421)	(62.421)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(14.100)	(14.100)
Saldos em 31.12.2015	361.996	1.158	71.584	60.865	16	719	-	496.338
Ajuste Atuarial	-	-	-	-	-	(928)	-	(928)
Prescrição de Dividendos	-	-	-	2	-	-	-	2
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	65	-	(19)	46
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(481.798)	(481.798)
Utilização de Reservas para Absorção de Prejuízo (Nota 14c)	-	-	(71.584)	(60.867)	-	-	132.451	-
Aumento de Capital (Nota 14b)	120.000	-	-	-	-	-	-	120.000
Saldos em 31.12.2016	481.996	1.158	-	-	81	(209)	(349.366)	133.660

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(288.150)	(481.798)	133.703
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	681.001	1.312.911	661.552
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	(202.318)	(308.282)	(1.494)
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	738.055	1.252.067	706.349
Provisão para Passivos Contingentes.....	73.959	79.627	(24.183)
Reversão do Impairment do Ativo Intangível.....	-	200.410	(57.000)
Depreciações e Amortizações.....	71.305	88.417	34.915
Outros.....	-	672	2.965
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	392.851	831.113	795.255
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	90.627	204.477	483.829
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários.....	(142.536)	(143.116)	3.531
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	262	675	(967)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	(299.882)	(940.203)	(812.136)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	(20.552)	5.297	(269.822)
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens.....	19.907	16.367	(477)
Aumento/(Redução) em Depósitos.....	(212.154)	(95.095)	(216.423)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	58.575	4.025	(1.353)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(112.902)	(116.460)	(18.563)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Alienação de Imobilizado de Uso.....	-	15	2
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(1.087)	(2.280)	(10.383)
Aquisição de Intangível.....	(165)	(809)	(320)
Baixa do Intangível.....	259	1.003	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(993)	(2.071)	(10.701)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Aumento do Capital por subscrição.....	120.000	120.000	-
Dividendos Pagos.....	-	(5)	(122.801)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	-	(14.100)
Outros Ajustes.....	(516)	(947)	719
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	119.484	119.048	(136.182)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.589	517	(165.446)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	39.360	44.432	209.878
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	44.949	44.949	44.432
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.589	517	(165.446)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo, está autorizado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo na prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (de investimento e de crédito, financiamento, intermediação de negócios) de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

A partir de 1º de julho de 2016, com a conclusão da aquisição das operações do HSBC no Brasil, o Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo passou a fazer parte do Grupo Bradesco, com a mudança do controlador para o Banco Bradesco S.A.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso

- de 15 a 30 dias.....
- de 31 a 60 dias.....
- de 61 a 90 dias.....
- de 91 a 120 dias.....
- de 121 a 150 dias.....
- de 151 a 180 dias.....
- superior a 180 dias.....

Classificação do cliente

- B
- C
- D
- E
- F
- G
- H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

g) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida
- São registradas e amortizadas, quando aplicável, em um período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável: e
- Software

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, o Banco Losango constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

I) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional.....	31.163	38.546
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	13.786	5.886
Total caixa e equivalentes de caixa.....	44.949	44.432

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem riscos significantes de mudança de valor justo.

b) Classificação por categorias e prazos

	2016		2015		Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos (1)	12.387	529	2.344	136.370	151.630	151.781	(151)	8.399	8.449
Títulos para negociação (3).....	12.296	-	1.256	136.370	149.922	149.987	(65)	8.393	8.389
Letras financeiras do tesouro.....	-	529	833	-	1.362	1.362	-	-	-
Debêntures.....	-	-	255	-	255	255	-	-	-
Ações de companhias abertas.....	91	-	-	-	91	177	(86)	6	60
Total em 2016.....	12.387	529	2.344	136.370	151.630	151.781	(151)	8.399	8.449
Total em 2015.....	60	-	4.516	3.873				8.399	8.449

(1) A distribuição foi efetuada de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos, preservando a classificação da categoria e na distribuição dos prazos, sendo considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Do total aplicado no encerramento do período, R\$ 21.615 mil eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	24.238	59.543
Títulos de renda fixa.....	1.421	1.338
Outros.....	615	68
Total.....	26.274	60.949

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Losango não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

7) CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

	Curso normal							Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	%	2015	%	
Operações de crédito											
Empréstimos e títulos descontados.....	112.550	25.215	24.171	57.704	82.976	77.031	379.647	15,0	508.347	18,6	
Financiamentos.....	169.350	128.027	113.566	268.326	273.679	56.984	1.009.932	40,1	1.217.061	44,4	
Outros créditos (1).....	483.163	153.439	111.262	209.308	134.809	38.533	1.130.514	44,9	1.014.593	37,0	
Total das operações de crédito.....	281.900	153.242	137.737	326.030	356.655	134.015	1.389.579	100,0	1.725.408		
Total em 2016.....	765.063	306.681	248.999	535.338	491.464	172.548	2.520.093	100,0	2.740.001	100,0	
Total em 2015.....	570.671	460.339	326.063	769.933	496.559	116.436			2.740.001	100,0	

	Curso anormal						Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2016	%	2015	%
Operações de crédito										
Empréstimos e títulos descontados.....	31.648	33.048	36.762	109.076	192.044	402.578	49,1	246.149	52,8	
Financiamentos.....	62.183	50.984	43.407	110.507	124.688	391.769	47,7	201.078	43,1	
Outros créditos (1).....	4.350	3.451	2.830	7.142	8.610	26.383	3,2	19.325	4,1	
Total em 2016.....	98.181	87.483	82.999	226.725	325.342	820.730	100,0	466.552	100,0	
Total em 2015.....	90.259	78.977	56.412	134.246	106.658			466.552	100,0	

	Curso anormal						Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	%	2015	%
Operações de crédito										
Empréstimos e títulos descontados.....	10.881	9.472	9.384	24.355	31.261	14.977	100.330	25,4	84.971	18,6
Financiamentos.....	49.928	41.504	34.399	74.268	57.877	11.780	269.756	68,0	203.433	44,4
Outros créditos (1).....	3.557	2.992	2.505	5.856	6.286	5.138	26.334	6,6	169.590	37,0
Total em 2016.....	64.366	53.968	46.288	104.479	95.424	31.895	396.420	100,0	457.994	100,0
Total em 2015.....	48.012	81.008	60.614	150.264	99.745	18.351			457.994	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco								Total				
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2016	%	2015	%
Operações de crédito													
Empréstimos e títulos descontados.....	51	242.028	37.497	87.573	56.912	50.360	44.789	41.081	322.264	882.555	23,6	839.467	22,9
Financiamentos.....	101	937.127	98.854	71.373	54.738	52.357	47.884	45.788	363.235	1.671.457	44,7	1.621.572	44,3
Outros créditos (1).....	3.469	997.134	35.516	47.339	9.881	6.891	5.558	5.226	72.217	1.183.231	31,7	1.203.508	32,8
Total em 2016.....	3.621	2.176.289	171.867	206.285	121.531	109.608	98.231	92.095	757.716	3.737.243	100,0	3.664.547	100,0
Total em 2015.....	56.628	2.411.585	189.437	125.466	114.863	97.899	109.012	74.969	484.688			3.664.547	100,0
%.....	1,5	65,8	5,2	3,4	3,1	2,7	3,0	2,0	13,2				

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

continua...

...continuação



Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Concentração das operações de crédito

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	% (1)	2015	% (1)
Maior devedor.....	18.646	0,5	20.561	0,6
Dez maiores devedores.....	29.338	0,8	85.996	2,3
Cinquenta maiores devedores.....	33.613	0,9	5.391	0,1

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

d) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
Setor Privado	3.737.243	100,0	3.664.547	100,0
Indústria.....	18.646	0,5	53.007	1,4
Comércio.....	3.079	0,1	4.248	0,1
Serviços.....	5.127	0,1	6.500	0,2
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	1.130	-	4.308	0,1
Construção e imobiliário.....	-	-	17.677	0,5
Pessoas físicas.....	3.709.261	99,3	3.578.807	97,7
Total	3.737.243	100,0	3.664.547	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Curso normal	Curso anormal	Total	%	Provisão								
						Específica		Genérica		Excedente		Total (1)		
						Vencidas	Vincendas	Genérica	Excedente	Total (1)	%	Total (1)	%	
AA.....	-	3.621	-	3.621	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	2.176.289	-	2.176.289	58,2	-	-	10.882	9.793	20.675	2,0	12.058	1,9	
B.....	1,0	52.406	119.461	171.867	4,6	339	856	524	3.351	5.070	0,5	1.894	0,3	
C.....	3,0	106.254	100.031	206.285	5,5	1.292	1.709	3.188	14.336	20.525	1,9	3.764	0,6	
Subtotal		2.338.570	219.492	2.558.062	68,4	1.631	2.565	14.594	27.480	46.270	4,4	17.716	2,8	
D.....	10,0	30.987	90.544	121.531	3,3	4.897	4.157	3.099	24.246	36.399	3,4	11.486	1,8	
E.....	30,0	17.766	91.842	109.608	2,9	16.700	10.852	5.330	21.867	54.749	5,2	29.370	4,5	
F.....	50,0	13.746	84.485	98.231	2,6	28.123	14.120	6.873	19.596	68.712	6,5	54.506	8,4	
G.....	70,0	9.684	82.411	92.095	2,5	40.732	16.956	6.779	27.582	92.049	8,7	52.478	8,1	
H.....	100,0	109.340	648.376	757.716	20,3	524.680	123.697	109.339	-	757.716	71,8	484.688	74,4	
Subtotal		181.523	997.658	1.179.181	31,6	615.132	169.782	131.420	93.291	1.009.625	95,6	632.528	97,2	
Total em 2016		2.520.093	1.217.150	3.737.243		616.763	172.347	146.014	120.771	1.055.895				
%.....		67,4	32,6		100,0	58,4	16,3	13,8	11,4		100,0			
Total em 2015		2.740.001	924.546	3.664.547		469.987	158.586	22.669	335			650.244		
%.....		74,8	25,2		100,0	72,3	24,4	3,5	0,1				100,0	

(1) Os saldos das provisões de crédito demonstrados no balanço patrimonial do Banco Losango no valor de R\$ 1.056.414 (R\$ 651.577 em 2015) incluem provisões sobre títulos e créditos a receber sem característica de crédito no valor de R\$ 519 (R\$ 998 em 2015).

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo inicial	651.577	797.785
- Provisão específica (1).....	628.573	769.619
- Provisão genérica (2).....	22.669	27.756
- Provisão excedente (3).....	335	410
Constituição líquida de reversão.....	1.252.067	706.349
Baixas para prejuízo.....	(847.730)	(852.557)
Saldo final	1.056.414	651.577
- Provisão específica (1).....	789.110	628.573
- Provisão genérica (2).....	146.014	22.669
- Provisão excedente (3).....	121.290	335
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	100.477	153.224

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7c); e
(4) Classificadas em receitas de operações de crédito.

g) Créditos renegociados

O saldo de créditos renegociados, em 31 de dezembro de 2016, totalizavam R\$ 111.850 mil (R\$ 88.699 mil em 2015).

8) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Títulos e créditos a receber (2) (Nota 7a).....	1.183.231	1.203.508
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 22c).....	566.288	257.643
Devedores por depósitos em garantia (1).....	314.134	303.984
Impostos e contribuições a compensar.....	11.116	20.128
Imposto de renda a recuperar.....	11.035	9.062
Adiantamentos para pagamentos.....	2.044	2.685
Prêmio em operações de cessão de crédito (3).....	-	3.280
Outros.....	38.952	24.174
Total	2.126.800	1.824.464

(1) O Banco mantém valores depositados em juízo no valor de R\$ 314.134 mil (R\$ 303.984 mil em 2015), determinados por diversas instâncias judiciais, aguardando a decisão definitiva desses processos. Montante composto materialmente pelos depósitos judiciais sobre dedutibilidade do prejuízo fiscal/1997 e expurgos inflacionários;

(2) Refere-se a operações com características de concessão de crédito, sendo R\$ 898.923 mil (R\$ 803.487 mil em 2015) referente a valores a receber de cartões de crédito e R\$ 284.308 mil (R\$ 415.319 mil em 2015) referente à aquisição de outros créditos; e

(3) Prêmio líquido decorrente de cessão de direitos e obrigações de operações de titularidade do HSBC Bank, deliberada em reunião da Diretoria em 19/12/2014, referente à carteira composta por 41 (quarenta e uma) operações de crédito financeiro.

9) IMOBILIZADO EM USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação	
				2016	2015
Edificações.....	4%	1.571	(1.090)	481	646
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	11.979	(4.775)	7.204	7.126
Sistemas de segurança e comunicações.....	10%	1.923	(904)	1.019	1.191
Sistemas de processamento de dados.....	20%	1.075	(249)	826	1.157
Total em 2016		16.548	(7.018)	9.530	
Total em 2015		26.344	(16.224)	10.120	

10) INTANGÍVEL

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos ativos.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Taxa		Custo		Custo líquido de amortização	
	amortização	Custo	Amortização	2016	2015	
Softwares desenvolvidos internamente.....	20%	3.135	(1.865)	1.270	2.074	
Softwares adquiridos de terceiros.....	20%	145	(135)	10	4	
Contratos de exclusividade (1).....	Contrato (2)	490.430	(490.430)	-	285.939	
Outros ativos intangíveis adquiridos.....	10% e 20%	-	-	-	101	
Total em 2016		493.710	(492.430)	1.280		
Total em 2015		503.671	(215.553)		288.118	

(1) No primeiro semestre de 2016, houve o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável para os contratos de exclusividade com lojistas no montante de R\$ 200.410 mil, resultando numa expectativa de rentabilidade futura menor que a esperada originalmente. Em 1º de julho de 2016, houve um complemento deste valor (R\$ 69.978 mil) com a harmonização das demonstrações contábeis.

(2) Baseado no prazo de cada contrato.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais teses são:

a) IRPJ/CSLL - Trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da Contribuição social sobre Lucro Líquido (Lei nº 8.981/95, artigos 42 e 58) no montante de R\$ 59.168 mil (R\$ 56.698 mil em 2015).

b) PIS - Base de cálculo - EC 10/96 e EC 17/97 - Pleiteia calcular e recolher o PIS nos períodos de junho/96 a junho/97 e fevereiro/98 a dezembro/99, conforme LC 7/70, no montante de R\$ 15.772 mil (R\$ 28.637 mil em 2015). Em 2016 houve reversão da provisão relativa à tese da irretroatividade, abrangida nesta ação, em razão da questão já ter sido definida favoravelmente ao contribuinte, pelo Supremo Tribunal Federal.

continua...

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias
No início do exercício de 2016	43.329	16.896	100.230
Constituições líquidas de reversões (1)	64.655	14.972	(13.280)
Atualização monetária	3.811	1.876	11.033
Baixas por pagamentos	(8.997)	(8.740)	-
No final do exercício de 2016 (Nota 22)	102.798	25.004	97.983

(1) Constituição de R\$ 53.422 mil nas provisões trabalhistas referente à harmonização das demonstrações contábeis, reconhecido em 1º de julho de 2016.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são:

- 1) IR - Autuação fiscal sem considerar os pagamentos postergados do tributo, relativa à trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais (Lei nº 8.981/95, artigo 42), no montante de R\$ 77.606 mil (R\$ 72.086 mil em 2015); e
- 2) Glosa de compensação de créditos de PIS e Cofins lançada após o trânsito em julgado favorável em processo judicial que discutiu a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as decorrentes do faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 67.813 mil (R\$ 47.375 mil em 2015).

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Losango são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

12) DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	169.390	508.728	930.610	1.038.631	2.647.359	2.745.172
Total em 2016	169.390	508.728	930.610	1.038.631	2.647.359	2.745.172
%	6,4	19,2	35,2	39,2	100,0	
Total em 2015	257.749	824.753	618.509	1.044.160		2.745.172
%	9,4	30,0	22,5	38,0		100,0

b) Despesa de captação

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	364.480	313.350
Total	364.480	313.350

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais	98.017	100.230
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	697
Impostos e contribuições a recolher	11.690	9.541
Total	109.707	110.468

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Lojistas a pagar	650.479	628.025
Valores a pagar - cartão de crédito	197.940	183.683
Provisão para contingências trabalhistas	102.798	43.329
Provisão para pagamentos a efetuar	48.989	38.540
Provisão para contingências cíveis	25.004	16.896
Valores a pagar à empresas ligadas	2.446	12.862
Provisão para benefícios trabalhistas	3.392	1.660
Outros	15.868	33.665
Total	1.046.916	958.660

14) CAPITAL SOCIAL, RESERVAS, DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 481.996 mil (R\$ 361.996 mil em 2015) é representado por 67.507 mil (135.013 mil em 2015) ações ordinárias e preferenciais, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Composição do capital social

	Quantidade de ações ordinárias	R\$ mil
	Em 1º de janeiro de 2016	135.013.215
Aumento de capital (1)	-	120.000
Grupamento de ações (proporção 2.000 : 1) (2)	67.507	-
Em 31 de dezembro de 2016	67.507	481.996
Em 31 de dezembro de 2015	135.013.215	361.996

(1) No dia 26 de dezembro de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social do Banco Losango no montante de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões) integralizado em moeda corrente nacional.

(2) No dia 20 de dezembro de 2016 foi aprovada, a proposta da Diretoria para grupar os 135.013.215 ações ordinárias, nominativas-escriturais, na proporção de 2.000 (duas mil) para 1 (uma), transformando-as em 67.507 ações ordinárias, nominativas-escriturais.

c) Reservas de lucros

A Reserva Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal de 2016, foi utilizada para absorver o prejuízo líquido do período. A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade. Em 2016, o saldo de reserva estatutária foi utilizado para absorver o prejuízo líquido do período.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Em 2016, o Banco Losango apresentou prejuízo líquido, não havendo destinação de lucros.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de anuidade	105.902	84.351
Rendas de tarifas bancárias	37.261	29.571
Rendas de serviços prestados a ligadas	23.349	30.564
Rendas de outros serviços	14.296	10.906
Rendas de serviços diferenciados - PF	115	307
Rendas de serviços de custódia	19	27
Total	180.942	155.726

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	(159.090)	(85.244)
Benefícios	(32.752)	(24.322)
Encargos sociais	(31.888)	(22.619)
Despesas de remuneração de estagiários	(1.520)	(824)
Treinamento	(538)	(425)
Total	(225.788)	(133.434)

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros	(233.530)	(247.593)
Despesas de depreciação e amortização	(88.417)	(34.915)
Serviços do sistema financeiro	(60.267)	(70.142)
Serviços técnicos especializados	(52.723)	(42.736)
Atualização e pagamento de ações cíveis	(51.990)	(43.496)
Processamento de dados	(45.272)	(29.352)
Comunicações	(23.151)	(11.066)
Publicidade e propaganda	(21.270)	(12.349)
Aluguéis	(15.402)	(16.357)
Transportes e viagens	(6.283)	(6.105)
Manutenção e conservação de bens	(5.507)	(5.530)
Promoções e relações públicas	(4.986)	(2.499)
Material de expediente	(4.095)	(3.866)
Água, energia e gás	(2.173)	(2.145)
Outras	(19.944)	(20.202)
Total	(635.010)	(548.353)

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Despesas de contribuição ao COFINS	(64.190)	(55.890)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(10.460)	(7.665)
Despesas de impostos sobre serviço de qualquer natureza	(9.026)	(9.654)
Despesas de contingências com outros tributos federais	(5.084)	-
Outras	(4.290)	(2.929)
Total	(93.050)	(76.138)

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de créditos específicos (1)	95.507	91.904
Reversão de provisões operacionais (2)	77.375	95.552
Receitas de operações com cartão de crédito	24.797	10.467
Atualização monetária de depósitos judiciais (3)	24.714	23.707
Recuperação de encargos e despesas	6.876	7.131
Reversão de impairment de ativos intangíveis (4)	-	57.000
Outras	536	6.055
Total	229.805	291.816

(1) Refere-se, substancialmente, a rendas de cessão de créditos concedidos à pessoas físicas;

(2) Em 2015, houve reversões de provisões de IR/CS Expurgos Inflationários e PIS Irretroatividade e prazo nonagesimal, em razão de definição das teses pelo Supremo Tribunal Federal em favor do contribuinte, teses estas que são aplicáveis aos processos do Banco Losango S.A.;

(3) Refere-se, substancialmente, à atualização monetária sobre depósitos judiciais sobre auto de infração de imposto de renda e contribuição social, referente ao período de 1997 a 2005; e

(4) Em 2015, houve a reversão parcial da perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 57.000 mil, registrada em Outras receitas.

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impairment de ativos intangíveis (1)	(200.410)	-
Despesas de operações com cartões de crédito (2)	(51.368)	(16.080)
Descontos concedidos	(42.192)	(50.721)
Atualização de provisões	(17.238)	(26.922)
Comissões de fianças	(3.192)	(1.992)
Outras	(4.138)	(8.379)
Total	(318.538)	(104.094)

(1) Em 2016, houve o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável identificada para o contrato de exclusividade com lojistas no montante de R\$ 200.410 mil; e

(2) Em 2016, inclui a provisão para perda de Profit Share no montante de R\$ 32.446 mil.

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A. - Banco Múltiplo) e empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador (1)		Coligadas e Controladas	
	2016	2015	2016	2015
Ativos				
Disponibilidades	34.604	37.773	689	3.261
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	307.306	113.606	-
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	-	2.744.867	2.647.359	-
Outros passivos	-	11.299	565	305

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador (1)		Coligadas e Controladas	
	2016	2015	2016	2015
Receitas de intermediação financeira	4.000	59.588	20.238	-
Receitas de prestação de serviços	3.834	383	19.515	30.204
Despesas de intermediação financeira	(87.619)	(313.327)	(276.839)	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	(4.841)	(13.392)	(8.765)	-

(1) Em 2015, o Banco Losango era controlado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. A partir de julho de 2016, com a conclusão da aquisição das operações do HSBC no Brasil, o Banco Losango passou a fazer parte do Grupo Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	
Honorários		360
Gratificação		406
Total proventos		766
Contribuição ao INSS		172
Total proventos + encargos		938
Plano previdência privada		457
Total geral		1.395

Em 2015, os administradores foram remunerados pelos cargos que ocupavam no Controlador direto da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

c) Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

I) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

continua...

...continuação



Conte com a gente.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.254.319/0001-00

Praça XV de Novembro, 20 - 11º andar - salas 1.101 e 1.102 e 12º andar - sala 1.201 e subsolo 201 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e das participações no lucro	(788.051)	132.505
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas na nota explicativa 3.1 (*).....	354.623	(53.002)
Exclusões/(adições) permanentes	(1.764)	14.385
Juros sobre o capital próprio.....	-	5.640
Contribuições e doações.....	(48)	(158)
Dividendos.....	667	2
Reversão de provisão IR expurgo inflacionário.....	-	10.166
Outras.....	(2.383)	(1.265)
Outros ajustes	(46.608)	39.815
IR/CS sobre adições temporárias - ajuste período anterior.....	764	8.242
Efeito Tributário - Aumento da alíquota da CSLL - diferido.....	(27.315)	16.269
Imposto diferido não contabilizado devido à realização superior a 10 anos - Impairment de ativos intangíveis..	(18.026)	15.467
Outros.....	(2.031)	(163)
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	306.251	1.198

(*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação, resultando em uma alíquota efetiva de 45%.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes	(2.614)	(296)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.614)	(296)
Impostos diferidos	308.865	1.494
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	247.721	1.494
Constituição no exercício, sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa.....	61.144	-
Total	306.251	1.198

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldos em 31.12.2015	Constituição	(Realização)	Saldos em 31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo				
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis.....	56.273	39.699	(14.097)	81.875
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	105.053	386.417	(293.011)	198.459
Impairment de ativo intangível.....	13.025	108.155	(15.051)	106.129
Outros.....	26.016	46.082	(10.728)	61.370
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	200.367	580.353	(332.887)	447.833
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	200.367	580.353	(332.887)	447.833
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.....	57.276	61.144	-	118.420
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda.....	-	35	-	35
Total dos créditos tributários ativos	257.643	641.532	(332.887)	566.288

	R\$ mil			
	Saldos em 31.12.2015	Constituição	(Realização)	Saldos em 31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo				
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	(22)	56	-	34
Outros.....	(675)	675	-	-
Total dos créditos tributários passivos	(697)	731	-	34
Créditos tributários líquidos	256.946	642.263	(332.887)	566.322

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Ano	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	93.296	55.978	66.185	52.237	267.696
2018.....	93.296	55.978	-	-	149.274
2019.....	93.324	55.995	-	-	149.319
Total	279.916	167.951	66.185	52.237	566.289

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 12,39% a 12,88% a.a., líquida dos efeitos tributários é de R\$ 434.760 mil (R\$ 161.504 mil em 2015), sendo R\$ 335.940 mil de diferenças temporárias e R\$ 98.820 mil de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL.

e) Créditos tributários não ativados

O Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo possuiam créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 27.315 mil, vinculados ao aumento da CSLL de 15% para 20% (Ajuste Diferido - 5% não contabilizado).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Valdeci Prestes – Contador – CRC PR-037174/O-8 S-RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 14 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 10 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SPAndré Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2